

**Políticas públicas e empreendedorismo de negócios por oportunidade
como perspectiva de mobilidade social para os jovens das classes
sociais C, D e E: a experiência da Faculdade de Tecnologia de Itu -**

Dom Amaury Castanho

Diane Andreia de Souza Fiala¹

Resumo: O objetivo é discutir as políticas públicas que, quando articuladas com o ensino do empreendedorismo e com o estímulo ao empreendedorismo de negócios por oportunidade, transformam-se numa possibilidade de perspectiva de mobilidade social para os jovens das classes sociais C/D/E. Questiona-se sobre os entraves que estes jovens enfrentam no momento de empreender. A metodologia baseou-se em revisão de literatura e experiências da Fatec Itu (método qualitativo).

Palavras-chave: Empreendedorismo; ensino superior; jovens das classes C/D/E; políticas públicas.

Resumen: El objetivo es discutir las políticas públicas, cuando se articula con la enseñanza del espíritu emprendedor y con el estímulo a la iniciativa empresarial, se convierten en una perspectiva de posibilidad de movilidad social para los jóvenes de las clases sociales C / D / E. Se pregunta acerca de las barreras que estos jóvenes se enfrentan a la hora de emprender. La metodología se basa en la revisión de la literatura y las experiencias de Fatec Itu (método cualitativo).

Palabras clave: Espíritu empresarial; educación superior; clases sociales C / D / E; políticas públicas.

1 Introdução

Este texto pretende discutir as políticas públicas que, quando articuladas em conjunto com os diferentes atores sociais como estímulo ao empreendedorismo de negócios por oportunidade, transformam-se numa possibilidade de perspectiva de mobilidade social para os jovens das classes C/D/E.

Para tanto surge como principal interrogante: O empreendedorismo de negócios por oportunidade pode contribuir com a mobilidade social dos jovens das classes

¹ FATEC Itu – diane.fiala@fatec.sp.gov.br

FIALA, D. A. de S.

C/D/E? E outros interrogantes derivam deste inicial: Quais os entraves que os jovens das classes C/D/E enfrentam no momento de empreender? Quais os fatores desmotivantes para o jovem da classe C/D/E no momento de empreender? Quais as alternativas possíveis para que esses jovens possam ter acesso a linhas de crédito e/ou financiamento (tendo-se em conta sua falta de garantias e baixo capital social)?

Portanto, o pressuposto de que o jovem das classes sociais C/D/E, por causa do baixo capital social, tem acesso a uma ‘receita de bolo’ desatualizada que não lhe proporcionará acesso às formas alternativas e recentes de empreender, delineou a pesquisa que foi baseada em fonte de dados primários e secundários (por meio dos métodos quantitativo e qualitativo).

Este tema denota certa importância porque de acordo com Menta² é chegado o momento de aprender a empreender articulando-se em rede, pois, no contexto atual, em que o crescimento das grandes cidades é desordenado, as pequenas cidades começam a enfrentar *déficit* de mão de obra capacitada e de investimento público, o que desmotiva a juventude, forçando-a a migrar para os grandes centros urbanos em busca de melhores perspectivas laborais. Quando isso não ocorre o que se vê é a desigualdade social e a exclusão social; ainda segundo Menta, a violência presente nos grandes centros urbanos é sintoma do desencanto (educação desqualificada, desinteressante e desestimuladora, também causada pela falta de investimento em capacitação de professores). Mas o Brasil encontra-se em momento propício, de crescimento, de estabilidade econômica e atraindo investimentos externos. Sendo assim as redes de pólos de empreendedorismo podem ser alternativas para aqueles jovens que, como o autor afirma, “viram noites buscando [...] a saída secreta e a porta invisível” e se questiona sobre “como despertar essa energia para o empreendedorismo?” já que há muitos jovens interessados em empreender e não sabem como começar.

Para alcançar o objetivo geral alguns objetivos específicos são levantados: a) Mostrar que nem toda política é pública; b) Elencar dificuldades comuns no momento de empreender; c) Mostrar qual deve ser o papel da instituição de ensino superior pública para apoio ao empreendedorismo de seus discentes; d) Propor aspectos para uma política pública voltada ao empreendedorismo.

² <http://www.slideshare.net/menta90/motor-de-negocios-alfa>

2 Políticas públicas e empreendedorismo

Primeiramente, é uma das hipóteses desta pesquisa que as políticas de apoio ao empreendedor de negócios por oportunidade devem ser públicas. Por isso, é importante citar aos autores Oszlak e O'Donnell (1976) já que, para eles, as políticas públicas são as questões pendentes de atenção e que devem ser socialmente problematizadas, ou seja, é necessário que a sociedade identifique a falta de políticas de apoio ao empreendedor de negócios como uma questão que deve ser socialmente problematizada.

O site política pública defende que as políticas públicas:

São utilizadas pelo Estado para regular, mas também para intervir e incentivar. Visam a construção de uma sociedade mais justa, mais humana, mais equilibrada e mais coesa. **Nem toda decisão política chega a ser uma política pública.** Está relacionada com questões de liberdade e igualdade, ao direito à satisfação das necessidades básicas, [...]. A essência da política pública continua a materializar-se na produção e na provisão de bem-estar para os cidadãos. <http://www.politicapublica.com.br/social_conceito_03.htm>.

A verdadeira política pública é aquela que surge da demanda social, da comunidade organizada, que é discutida nos Conselhos de Políticas Públicas, com representantes da sociedade civil.

Para Gattai (2008) as políticas públicas devem ser integradas e para isso precisam percorrer um longo processo até se tornarem públicas. Nesta fase há o afrontamento das forças políticas, econômicas, sociais e dos grupos de elite por interesses distintos e, que farão o possível para influenciar as outras partes e, muitas vezes, tais posturas gerarão conflitos no teor, na abrangência ou limites da política pública. Em tal impasse o poder público entra com coerção política, o poder econômico tem como aliado o poder do dinheiro e a sociedade civil terá a seu favor (ou pelo menos deveria ter) a consciência política, e a sua mobilidade e possibilidade de mobilização. Quando não há essa relação de discussão entre os três poderes o resultado será uma política fragmentada, que satisfaz a poucos e não-representativa.

Também é importante mencionar que, para que essa política seja votada, precisará entrar na Agenda Municipal e em seguida na Câmara dos Vereadores para sua votação (dependerá novamente da cobrança e organização da sociedade civil para que

FIALA, D. A. de S.

não haja somente alguns interesses levados em conta no momento da votação). Para Gattai (2008) política pública integrada é:

[...] aquela que traz em seu bojo as respostas, oportunidades e soluções que não visam os interesses e direitos das elites, poder político e poder econômico. [...] A política pública integrada só existe quando a sociedade civil deixa de ter com o poder político da cidade uma relação de clientelismo e dependência que tem gerado, ao longo da história do Brasil, políticas públicas fragmentadas e voltadas aos interesses não das minorias sociais e econômicas, mas dos pequenos grupos ligados ao poder econômico e às elites. [...] O que dá à política pública a qualidade de integrada são os seus processos de concepção e implementação que necessitam ser plenamente democráticos e participativos. [...]. Essa é uma construção histórica e cultural que depende de muitos fatores para se consumar e tornar-se uma realidade no Brasil. <http://www.metodista.br/catedracidades>

Com isso se pode observar que a política pública é, realmente, o resultado de um **demorado** e até **intrincado** processo que envolve diferentes interesses, divergências, confrontos e negociações entre os vários atores que participam desse processo.

Um conjunto de ações e omissões que manifestam uma modalidade de intervenção do Estado em relação a uma questão que chama a atenção, o interesse e a mobilização de outros atores da sociedade civil. Desta intervenção, pode-se inferir uma determinada direção, uma determinada orientação normativa, que, presumivelmente, afetará o futuro curso do processo social desenvolvido, até então, em torno do tema. (OSLAZK; O'DONNELL, 1976, p. 21).

Em relação à concepção de uma política pública, a primeira fase é a de reconhecimento da necessidade da sociedade. Já a formulação dessas políticas que se dá através das seguintes fases: a) reconhecimento dos assuntos pertinentes; b) formulação de problemas; c) identificação das reais necessidades; d) fixação de objetivos; e) consideração de opções e, f) avaliação das consequências ao se implantar tal política (COSTA; OLIVEIRA, 2007).

Portanto, as possibilidades de que haja uma intervenção desigual no processo de construção de políticas públicas (na atual realidade brasileira) é muito grande, até porque o acesso e o controle dos meios de produção, organização e comunicação também são desiguais (OFFE, 1991, p. 53).

O referencial teórico aponta para a necessidade de políticas públicas integradas e mostra o processo árduo que ocorre na construção de uma política pública. **É devido a**

esta complexidade que vem a afirmação de que nem toda política é pública. Ou seja, o fato de se tornar público o problema que enfrenta o empreendedor de negócios para abrir e manter sua empresa não significa que, imediatamente, as forças políticas, públicas e econômicas pensem na melhor solução ou política respeitando o referencial no qual se apoia a democracia participativa (O'DONNELL; SCHMITTER, 1988).

Mas, nem por isso, a sociedade deve eximir-se da responsabilidade de participação, construção e reivindicação por soluções e políticas públicas, na qual os interesses possam ser equilibrados a favor daqueles que querem empreender tanto por necessidade como por oportunidade, já que a lei máxima do país expõe como direitos que:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;[...]

Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas. [...]

§ 1º A pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso das ciências. [...]

§ 4º A lei apoiará e estimulará as empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia adequada ao País [...]. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988, p. 95-99)

Como é mostrado na citação acima a Constituição de 1988, chamada de constituição cidadã, garante acesso a uma educação que também seja empreendedora, e a recursos quando se quer investir em ciência e tecnologia.

Balardini (1999) menciona que, muitas vezes, as políticas ‘públicas’ são pensadas a partir de atores que não participam da problemática que se quer enfrentar, e daí tem-se como ponto de partida e reflexão: os empresários de negócios participam das discussões e reflexões no momento de se pensar políticas públicas para o empreendedorismo de negócios?

Como base de comparação, o Brasil não é o único país que enfrenta a problemática da ausência de políticas públicas para o empreendedor de negócios, a *Leadership Business Consulting* (GSI ACCELERATORS), no ano de 2006, realizou um estudo na União Européia voltada a políticas públicas no sul da Europa, e as duas principais recomendações foram: a) na área educacional fomentar a cultura

FIALA, D. A. de S.

empreendedora; e b) suporte ao financiamento com acompanhamento adequado à demanda e necessidades da população alvo.

2.1 O que é preciso mudar nas políticas públicas de apoio ao empreendedor

Tendo como fonte de inspiração o estudo sobre políticas públicas de empreendedorismo no sul da Europa (realizado pela *Leadership Business Consulting*, em 2006) e os atores citados nos itens 1 e 2, é preciso que:

- a) num primeiro momento é preciso dinamizar a cultura empresarial, promovendo a cultura empresarial entre a juventude, promovendo a educação empresarial nas escolas, em todos os níveis;
- b) em seguida é preciso suscitar mais vocações empresariais para reduzir o estigma do insucesso e rever os regimes de previdência social dos micro e pequenos empresários (um grande passo no Brasil é o empreendedor individual);
- c) também é preciso orientar os empresários (de micro ou pequeno porte, tanto da iniciativa privada quanto das instituições sem fins lucrativos) para o crescimento e a competitividade, mas sem desmerecer o trabalho inicial, preparando a empresa para o crescimento (aumento do capital e/ ou mão de obra e produtividade), com prestação de serviço destinado às mulheres (SEBRAE desenvolve excelente trabalho), às diversidades culturais e às minorias étnicas (comunidade coreana ou boliviana que reside em São Paulo, como exemplos) e desmistificar que uma empresa não pode trabalhar em rede pois perde competitividade;
- d) melhorar os fluxos de financiamento e a divulgação destes em meios de comunicação de massa para acabar com o mito de que é difícil ter acesso ao capital. Atualmente, só se consegue financiamento por meio de indicação. É importante esclarecer que a preparação do empreendedor e o conhecimento que tem de seu negócio também influenciam no momento da destinação de verbas;
- e) rever a tributação da micro e pequena empresa no sentido de estimular o jovem a empreender;
- f) rever a legislação da micro e pequena empresa, a fim de eliminar obstáculos à criação e desenvolvimento das empresas;

- g) fomentar as cooperativas de microcréditos e destinar linhas de financiamento governamental destinadas especialmente aos jovens empreendedores, sem exigências que afastam o jovem das classes inferiores desprovidos de garantias e fiadores, com linhas especiais para aqueles que precisam do incentivo monetário para abertura e manutenção da empresa nos seus primeiros meses de existência e capital de giro;
- h) fomentar as incubadoras e incentivar a abertura de incubadoras em escolas públicas e privadas dando a possibilidade de empreender àqueles que querem desenvolver suas potencialidades e competências;
- i) apoiar a educação empreendedora nos diversos níveis (básico, fundamental e superior), com uma visão de empreendedorismo para todos; potencializando os jovens empreendedores a assumir riscos calculados; promovendo a cultura empreendedora na sociedade civil.

A Fatec Itu, no segundo semestre de 2009, por meio de questionários aplicados junto aos discentes, identificou que 78% dos alunos são provenientes da Rede Pública de Ensino, apenas 25% destes alunos não trabalham e os 50% dos que trabalham recebem renda inferior a 3 salários mínimos. Ou seja, são alunos que trabalham e estudam e a maior parte deste corpo discente representa classes sociais com baixos rendimentos econômicos que buscam no Ensino Superior alguma oportunidade de ascensão.

Neste sentido, as mudanças sugeridas acima seriam de grande importância para proporcionar ao aluno da Fatec Itu oportunidade para empreender e alcançar a mobilidade social, diversificando as linhas de financiamento para uma MPE, as cooperativas de créditos, baixos impostos e apoio a incubadoras de empresas tecnológicas, propiciando ao aluno o acesso ao crédito apesar do baixo capital social, quando isso acontecer.

FIALA, D. A. de S.

2 Aspectos relevantes do empreendedorismo social e de negócios

Segundo Dolabela (2003), o empreendedor de negócios é aquele que monta sua própria empresa, é o dono da empresa. Já Melo Neto e Froes (2002) afirmam que os empreendedores sociais usam a mesma imaginação que os empreendedores de negócios usam para pensar em produtos ou serviços a fim de trazer soluções aos problemas sociais.

Melo Neto e Froes (2002) ainda afirmam que o empreendedorismo ‘privado’ difere do empreendedorismo ‘social’ porque um produz bens e serviços e o outro soluciona problemas sociais, um é direcionado pelos mercados enquanto o último para segmentos populacionais em situações de risco social. Ambos são importantes quando se pensa no desenvolvimento local.

Dolabela (2003) afirma que o empreendedor de negócio que abre uma MPE enfrenta problemas burocráticos, financeiros, trabalhistas, tributários, político-legal, entre outros, e lança o seguinte interrogante: quem gosta da MPE no Brasil? E dá como opção: “o político, os governos, a elite nacional, os economistas no poder, as universidades, os fornecedores, os empregados da MPE, a sogra, a mãe, o empreendedor da MPE e a própria MPE”, convidando o leitor a refletir e escolher entre os personagens citados aqueles que gostam da micro e pequena empresa. O autor dá a entender que nenhum dos personagens apoia a MPE e afirma ainda que:

Não dar apoio à MPE é um magnífico contra-senso, um monstruoso equívoco socioeconômico, porque representam novas tecnologias, crescimento econômico, exportação, geração de emprego, distribuição de renda, de poder, de conhecimento no mundo todo. Elas são fundamentais para o desenvolvimento de um país. No Brasil, 60 milhões de pessoas vivem das MPE’s. Na economia informal, todos são microempreendedores ou auto-empregados (DOLABELA, 2003, p. 138)

Como menciona o autor, até mesmo o microempreendedor não gosta da condição de ser micro ou pequeno empreendedor e sonha em se tornar um ‘grande’, ou seja, há traços culturais de veneração às grandes empresas que impedem que as MPE’s se reconheçam como parte importante no desenvolvimento e crescimento deste país.

Já o empreendedor social, de acordo com Melo Neto e Froes (2002), também enfrenta dificuldades e são muitas, a principal delas é a captação de recursos e a credibilidade da instituição sem fins de lucro que foi banalizada no final da década de 1990, quando muitas pessoas de má caráter abriam suas ONG's para lavagem de dinheiro, enriquecimento pessoal em detrimento da exclusão social e econômica de muitos e, atualmente, os escândalos de Brasília envolvendo enriquecimento de algumas ONGs. Outro agravante é a mão de obra capacitada e a administração de uma instituição sem fins de lucro que, em sua maioria, contam com a instabilidade de trabalhar com base de voluntariado, muitas vezes, sem continuação em projetos e parcerias. Neste sentido, Dolabela (2003) apoia o uso do termo empreendedorismo coletivo porque “o empreendedor social resolve problemas e o empreendedor coletivo ataca as causas”, ou seja, pensa no coletivo (p. 108).

A literatura apresenta vasta conceituação, mas nesta reflexão opta-se pelos conceitos de autores como Timmons, Filion e Dolabela. Segundo Timmons (1994 apud DOLABELA, 2003, p. 23) o empreendedor “é alguém capaz de identificar, agarrar e aproveitar oportunidades. Para transformá-las em negócio de sucesso, busca e gerencia recursos”. Timmons (1994 apud DOLABELA, 2003, p. 26) ainda afirma que empreender é criar e construir algo de valor a partir de **praticamente nada**, isto é, o processo de criar ou aproveitar uma oportunidade e persegui-la a despeito dos **recursos limitados**. Já o termo empreendedorismo envolve definição, criação e distribuição de valor e benefícios para indivíduos, grupos, organizações e para a sociedade. Raramente é uma “proposta de enriquecimento rápido; consiste, antes, na construção de valor a longo prazo e de uma corrente durável de fluxo de caixa”.

Esta fundamentação de Timmons pode ser observada em ações como a semana global do empreendedorismo, o *startup weekend*, a semana de mídia social, no trabalho de instituições como a Endeavor, BR Innovators, Empreendemia, Startipi, Laboratorium, entre outras.

Para Filion (1991b apud DOLABELA, 2003, p. 27) “o empreendedor imagina, desenvolve e realiza **visões**”. Esta visão pode ser conceituada como “uma imagem, projetada no futuro, do lugar que se quer ver ocupado pelos seus produtos no mercado, e da **organização** necessária para consegui-lo [grifo nosso]”.

FIALA, D. A. de S.

Daí surgem os questionamentos: a) como agir para alcançar a visão citada por Filion? b) será que neste processo faz-se necessário o autoconhecimento, o conhecimento do setor em que se quer atuar, a rede de relações do futuro empreendedor de negócios, a energia, a garra e a liderança? A maior parte da literatura sobre o assunto mostra que SIM – que o empreendedor de negócios **deve** ter respostas ao segundo questionamento, caso contrário, consolidar a visão em algo real é impossível.

E, para Dolabela (2003, p. 33), “o empreendedor é alguém que **sonha e busca transformar seu sonho em realidade** [grifo nosso]”. O autor Dolabela conceitua o empreendedor a partir das contribuições de Timmons e Filion. Para ele o empreendedor tem que **sonhar** e desta forma buscar a realização do **sonho estruturante**. Dolabela apresenta ainda um novo conceito de fracasso. Para ele o fracasso é o **não fazer**, ou seja, os resultados indesejáveis não são um fracasso, muito pelo contrário, são o aprendizado, é o sucesso do aprender empreendendo.

O autor também apresenta um novo conceito de sucesso. Para ele o sucesso relaciona-se ao **buscar incessante** e não ao chegar lá. O autor afirma que o empreendedor que considera como sucesso atingir um objetivo e não busca novos desafios parou no tempo, não aprende mais e isso seria um fracasso, falta de sonhar, de ambição, e de ir além. O sucesso conquista-se com a efetivação de buscas constantes que atingem etapas de sucesso. O autor também menciona que o desafio da educação para o empreendedorismo é permitir que o aluno seja empreendedor de negócios por oportunidade (quando identifica, agarra e aproveita seu potencial e os da rede para se articular) e não por necessidade (sem tempo suficiente para desenvolver a ideia – respondendo e superando os questionamentos levantados a partir do conceito apresentado por Timmons).

Mas, no cotidiano e de acordo com levantamentos de instituições como o SEBRAE, o empreendedor muitas vezes começo o negócio por necessidade, acreditando que o conhecimento prévio que tem na área é suficiente para empreender.

Outro fator é a falta de recursos, também porque os empreendedores por necessidade, em sua maioria, desconhecem oportunidades para obtenção de recursos que fujam à tradicional via de busca: bancos e instituições de crédito cuja necessidade de assegurar-se contra risco dificultam o acesso do empreendedor a tais recursos

financeiros. Ainda quando o empreendedor de negócios começa por necessidade vê-se de frente com empecilhos como a construção do plano de negócios – neste passo pode acontecer: a) procura apoio para planejar a empresa ou b) abre a empresa com recursos escassos e quase nenhum conhecimento de como administrar uma empresa por preguiça, descrença, entre outros entraves no plano de negócios.

Por estes e outros motivos, a educação empreendedora deve ser consolidada no âmbito educacional, começando pelos níveis iniciais da educação e não somente quando o aluno chega ao ensino superior ou pós-graduação.

Alguns autores mencionam que a educação empreendedora é parte da responsabilidade social escolar, como se verá a seguir.

3 O que é preciso mudar no ensino do empreendedorismo no ensino superior: perspectivas e desafios a partir da experiência de alunos da Faculdade de Tecnologia de Itu – Dom Amaury Castanho

A Faculdade de Tecnologia de Itu, no mês de novembro de 2011 realizou a premiação da primeira edição do Desafio *Startups*³ da Fatec Itu. De um total de oito projetos inscritos somente quatro grupos conseguiram terminar os projetos no tempo estipulado, passando por banca examinadora e praticando para serem empreendedores por oportunidades. Esta experiência ajudará a fundamentar os conceitos apresentados nos subitens a seguir.

3.1 O que é preciso mudar no ensino do empreendedorismo no ensino superior

As pessoas diferem entre si e o ideal é que possam identificar que o seu ponto fraco é minimizado quando este é o ponto forte do outro, que compartilha com ele o mesmo espaço de aprendizagem.

³ As *Startups* ficaram conhecidas, na área de tecnologia da informação, como empresas embrionárias, de alta lucratividade, crescimento rápido, investimentos baixos e com grande procura por investidores “anjo” para aplicações de risco.

FIALA, D. A. de S.

Outro importante aspecto segundo Filion⁴ é que:

[...] sistema escolar é concebido para aprender a dominar as questões analíticas, aquelas que estão ligadas ao lado esquerdo do cérebro. O estudante passa anos, do primário à Universidade, numa relação quase de passividade com relação ao aprendizado. Dessa forma, ele evolui dentro de um sistema onde os pontos de referência foram tão bem estabelecidos que ele se sente inseguro no momento em que se encontra dentro de um sistema onde tudo não está claramente definido. Além disso, o "savoir-vivre" ou seja, o conhecimento tácito existente na empresa (intuição, regras não escritas,...) e o "savoir-faire", ou o conhecimento explícito de uma organização (projetos técnicos, manuais, bancos de dados,...) são a base da decisão e do sucesso empreendedor. No entanto, como o nosso sistema escolar valoriza apenas o aprendizado do saber, o aprendizado do "savoir-être" e do "savoir-faire" fica relegado a um segundo plano.

Uma educação empreendedora ainda de acordo com Filion deve começar na educação básica, com momentos de contato com empreendedores, com o dia a dia destes profissionais, não somente os alunos, mas também os docentes.

O ideal seria que o docente de empreendedorismo tivesse a prática do empreendedor e a vivência do pesquisador para unir ambas as dimensões num ensino que se aprofunda conforme o aluno trilha a sua formação para o empreendedorismo; neste sentido, a problematização feita no ensino superior será mais exigente e questionadora que a apresentada nos primeiros anos de educação. Desta forma, já não se separa o aprendizado de sua aplicação prática, uma das grandes reclamações de alunos nas disciplinas de empreendedorismo no ensino superior ou pós-graduação.

Outro ponto importante é que a empreendedorismo no contexto de uma educação empreendedora prepara o ser humano para identificar suas potencialidades e competências, minimizando o fato das pessoas que se lançam de forma rápida num negócio, sem a devida preparação e levantamento se tem uma ideia ou uma oportunidade de negócio.

O docente na educação empreendedora terá outro papel fundamental que é o de vencer os mitos e engajar-se na pesquisa, buscando novos caminhos, quebrando paradigmas, indo atrás de novas fontes de financiamento, participando de eventos, discutindo, repensando e revendo seus próprios questionamentos e experiências.

⁴ <http://inf.unisul.br/~ingo/empreendedorismo.pdf>

Segundo Filion, se a cultura empreendedora no Brasil fosse bem organizada poderíamos ver no Brasil uma eclosão empreendedora como poucas vezes se viu na história⁵. Mas, como diz o autor, o Brasil é composto por diversos ‘brasis’ em que cada região apresenta suas peculiaridades e essas diferenças culturais precisam ser respeitadas. A cultura do brasileiro é a do empreendedor espontâneo e que tal característica precisa ser contemplada num processo de educação empreendedora, que estimule, respeite e desperte autoconfiança, disciplina, autocompartilhamento de informações e garra para vencer obstáculos, herança europeia cujo fruto é a burocracia que pode ser vencida a partir do momento em que se confia no outro abranda a necessidade de controle e o nível de desconfiança entre os moradores do país (característica presente nos países latino americanos).

Outro ponto importante é a matriz curricular e o projeto pedagógico do curso de graduação em tecnologia. No caso dos alunos dos Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação e Análise de Desenvolvimento de Sistemas, até o segundo semestre de 2011, não tinham desenvolvido plano de negócios entre os trabalhos desenvolvidos durante a cursada e o plano de comercialização (modelo Empreendemia), muito utilizado no ‘mundo’ de *startups*, não detalha o plano financeiro com a abrangência que um investidor busca.

É importante ressaltar que o incentivo de ações de trabalhos interdisciplinares e a pesquisa minimizam a ausência da disciplina Empreendedorismo/Liderança na matriz curricular, já que os alunos serão avaliados no mercado de trabalho por sua capacidade empreendedora no mundo corporativo, o que os diferencia da experiência de empreendedorismo de negócios, pois no empreendedorismo corporativo o aluno não é o dono da empresa, mas isso não o isenta da tarefa de empreender.

4 Considerações finais

Se todas as problemáticas levantadas forem convertidas em soluções também se viabilizará a conversão de oportunidades em negócios (privados ou sem fins lucrativos).

⁵ Op.cit.

FIALA, D. A. de S.

O que se nota é que os entraves na política brasileira dificultam o empreendedorismo e a burocracia impede muitos empreendedores de colocarem suas ideias em prática. A falta de acessibilidade a formas não clássicas de acesso ao recurso financeiro disponível também impede que muitos viabilizem seus projetos, muitas vezes essa falta de conhecimento é causada pelos baixos níveis de capital social dos jovens das classes C/D/E. Outro mito que precisa ser vencido é o de que o empreendedor não deve partilhar com outros suas ideias, pois quando se trabalha em conjunto se aprende mais, aumenta-se o capital social, têm-se outras ideias, constrói-se o processo de co-construção e o empreendedor só tem como resultado final o fortalecimento de laços e parcerias a longo prazo.

O processo pelo qual passa a Fatec-Itu deixa claro que a responsabilidade social da instituição de ensino superior pública vai além da filantropia, já que a instituição deve se responsabilizar por incentivar o empreendedorismo, reconhecer a importância das incubadoras para a promoção do empreendedorismo entre seus discentes e docentes, dando sua contribuição à comunidade local. O Centro Paula Souza sempre busca promover o empreendedorismo entre seus discentes e docentes, mas ainda há muito que melhorar. A primeira edição do Desafio *Startups* da Fatec Itu nos traz essa realidade e proporcionou o conhecimento de novas possibilidades, outros caminhos, outras maneiras de se ter acesso a investimentos, etc.

A participação dos empreendedores no processo de construção de políticas públicas e de discussão da educação empreendedora é essencial para que se tenha no futuro um ensino empreendedor voltado às *startups*, por exemplo, e ações que valorizem uma empresa por sua ação respeitando qualidade de vida, prolongando o tempo de vida do planeta, não somente por seu *status*, lucratividade, rentabilidade, entre outros aspectos pontuais de um plano de negócios que busca um investimento em empresas de rápido retorno de investimento, com riscos não somente calculados como previsíveis, aspectos não comuns ao dia a dia de uma *startup* que, muitas vezes, não se enquadra no plano de negócios atual – por este motivo se visualiza o modelo de negócios ao invés do plano de negócios para *startups*, mais ação e menos tempo planejando, o que não se pode planejar por ser um nicho novo de mercado,

desconhecido, inovador, que inclui mais garra e tempo para segmentá-lo que o estipulado pelo mercado.

São necessárias investigações aprofundadas no dia a dia das *startups*, que possam trazer respostas a tantos interrogantes que continuam sem respostas. Precisamos de pesquisadores acadêmicos que promovam essa discussão no ambiente acadêmico, na sala de aula; que demonstrem seu apoio ao pequeno empreendedor aquele cujo sonho pode ser uma oportunidade de negócio.

5 Referências Bibliográficas

- BALARDINI, Sérgio e MIRANDA, Ana. De la experiencia de la Escuela de Gobierno: hablan los jóvenes In: BALARDINI, S. (comp) **La participación social y política de los jóvenes en el horizonte del nuevo siglo**. Buenos Aires: CLACSO, 1999.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização dos textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira. 13 ed. Atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1996.
- COSTA, Everaldo Batista da e OLIVEIRA, Bernadete Castro. **Política de patrimônio e usos estabelecidos: o caso de Tiradentes – uma cidade setecentista mineira**. Estudos Geográficos, 5(2), p. 113-130, São Paulo, Rio Claro, UNESP. Disponível em <http://cecemca.rc.unesp.br/ojs/index.php/estgeo> acesso em 21 de março de 2007.
- DOLABELA, Fernando. **Empreendedorismo, uma forma de ser**: Saiba o que são empreendedores individuais e coletivos. Brasília: AED, 2003.
- GATTAI, Silvia. **Política pública integrada**. Seminário Internacional. Nov. 2008. Disponível em: <http://www.metodista.br/catedracidades/> Acesso em 21 de março de 2009.
- MELO NETO, Francisco P.; FROES, Cesar. **Empreendedorismo social**: a transição para a sociedade sustentável. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.
- OFFE, Claus. **Trabalho e sociedade: Problemas estruturais e perspectivas da sociedade do trabalho**. 1 ed. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1991.
- O'DONNELL, Guillermo e SCHMITTER, Philippe. **Transiciones desde un Gobierno Autoritario: Conclusiones Tentativas sobre las Democracias Inciertas**, Barcelona: Paidós, 1976.
- OSZLAK, Oscar y O'DONNELL, Guillermo. **Estado y Políticas Públicas en América Latina: hacia una estrategia de investigación**. Doc. CEDES/G.E. CLACSO/Nº 4, Buenos Aires. Publicado también en Revista Venezolana de Desarrollo Administrativo, Nº 1, Caracas, Venezuela, jan. 1976.